

A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR

GISLENE EDWIGES DE LACERDA*

Resumo: Neste artigo, busco desenvolver uma análise da memória e perceber como na busca de definição dos sentidos do passado, a sociedade também pode apresentar conflitos. A memória sobre a ditadura militar foi constituída socialmente ao longo destes anos que se passaram desde seu fim e recebeu a influência de diversos elementos como o cinema, a literatura, a historiografia e os lugares de memória. Este artigo busca compreender estes elementos que incidem sobre a memória coletiva a respeito da ditadura brasileira e busca analisar o enfoque dado por estes fatores de forma a privilegiar uma abordagem da ditadura pelo viés da tortura, repressão, violência do Estado e luta armada, em detrimento das lutas “pelas liberdades democráticas” travadas a partir da segunda metade da década de 1970, buscando contribuir para a resposta à questão sobre qual o lugar da transição democrática na memória sobre a ditadura militar.

Palavras-chave: memória, transição democrática, justiça de transição

Abstract: In this paper, I develop an analysis of memory and see how the pursuit of defining the meanings of the past, the society can also configure memory conflicts. The Amnesty Commission, established in 2001, brought to the social agenda in a more meaningful way, through the State, to discuss the issue of military dictatorship, hitherto little present in Brazilian society and that still remains on the agenda, along with the advancing movements of transitional justice. The memory of the military dictatorship was outlined over the years that have passed since its end. There are several elements that can interfere with the formation of a collective memory, including film, literature, historiography and memory locations. This

Artigo recebido em 10 de junho de 2014 e aprovado para publicação em 23 de Agosto de 2014.

Trabalho apresentado na mesa *Dilemas de transição: abertura política, justiça e cultura na América latina do século XX*.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.. E-mail: gislene.lacerda@gmail.com

article seeks to understand those factors that affect the collective memory about the Brazilian dictatorship and analyzes the approach taken by these factors in order to favor an approach by the dictatorship of torture , repression , state violence and armed struggle bias, rather fights "democratic freedoms" locked from the second half of the 1970s, seeking to help answer the question of what the place of democratic transition in memory of the military dictatorship.

Keywords: memory, democratic transition, transitional justice.

A relação entre presente e passado é uma grande chave de análise da história. Pensar o passado dissociado do presente é esvaziá-lo de sentido e atribuir a ele caráter fúnebre, pois leva à compreensão de que eventos e fatos que aconteceram em um tempo anterior, muito distante ou até recente, ficaram lá, no tempo passado, sem relações com o tempo presente. O cerne da nova interpretação do ensino de história e da produção historiográfica é pensar o passado a partir do presente, e entender o presente com suas marcas do passado. A memória é uma forma de “presentificação” do passado e é através dela que temos uma forma de perceber os sentidos que o passado assume nos dias atuais e as marcas que a sociedade hoje traz de sua história.

Segundo o filósofo Paul Ricoeur, existe uma relação de complementaridade entre memória e história. Para o autor, a memória é, em primeiro lugar, matriz da história enquanto escritura e, em segundo lugar, está na base da reapropriação do passado histórico enquanto memória instruída pela história transmitida e lida; isto é, a memória demonstra como o passado é assumido no presente a partir de uma história oficial transmitida. A mesma sociedade em diferentes épocas também utiliza da memória de um acontecimento específico de diferentes formas com fins políticos, com valores que se deseja agregar em sua identidade.

A memória tem uma substância social, a matéria prima, aquilo que é lembrado, e nos demonstra que o modo de lembrar é individual tanto quanto social. Dessa forma, para analisa-la é necessário compreender quais fatores sociais estão interpenetrados na narração do sujeito. Afinal, lembrar é uma forma de reconstruir e repensar, a partir de ideias e representações atuais, as experiências do passado.

Todos estes fatores devem ser levados em conta numa análise sobre a transição democrática. Em especial, a memória sobre este período traz características e influências políticas. A memória dos sujeitos históricos que aturam no processo de transição democrática brasileira é marcada pelas suas posições políticas de antes e de hoje, por suas reelaborações do passado que viveram e em especial da luta pelo sentido do passado, ou seja, a busca de dar

ao passado vivido por eles um sentido para si próprios, para o grupo que participaram e em especial para a sociedade que hoje ainda traz as marcas deste tempo.

A Ditadura Civil Militar brasileira, que começou em 1964, iniciava, dez anos depois, em 1974, seu longo processo de transição para a democracia, que durou 11 anos, levando a ditadura brasileira a se tornar a mais longa do Cone Sul. O processo de transição democrática brasileiro foi marcado por duas frentes principais que estavam em constante confronto: a militar e a civil. Relativa à frente militar, temos o general Ernesto Geisel que em 1974 assumiu a presidência da República, tendo como vice o general Adalberto Pereira dos Santos. Geisel, “embora formalmente filiado ao chamado grupo castelista, dele não parecia ter herdado nenhum vestígio do que fora a perspectiva internacionalista-liberal, pelo menos no âmbito da política econômica” (REIS, 2005: 64).

Os militares, para se manterem no poder e no controle da transição para a democracia, adotaram uma política de abertura do regime que mesclava medidas liberalizantes e repressivas. Segundo Maria Paula Nascimento Araújo, na época, muitos intelectuais, do meio acadêmico ou militante, compreenderam o projeto de abertura como fruto das divisões internas do próprio regime e como uma estratégia para ampliar a institucionalidade da ditadura, ao criar uma “democracia fechada”. “Mas também apontavam a fluidez desse projeto e a possibilidade que a sociedade tinha de interferir no seu curso, aprofundando e alargando a abertura” (ARAUJO, 2007: 209).

Desta forma, a transição democrática não foi controlada apenas pelos militares, uma frente civil também marcou esse processo. Setores da sociedade civil se reorganizaram e promoveram inúmeras ações de pressão ao regime, alargando os limites da abertura, sendo o Movimento Estudantil um destes expoentes.

A década de 1970 presenciou um efeito “panela de pressão” em que emergiram, no contexto de transição, muitos movimentos sociais, após anos de silêncio forçados pela ação repressora da ditadura civil militar, contribuindo para a transição democrática e surpreendendo o regime, que tinha o objetivo de controlar as rédeas do processo.

Assim, a existência de uma sociedade mobilizada, simultânea ao processo de abertura política dos militares, constitui um dos principais fatores para permitir uma transição, para a democracia. A sociedade brasileira no período da transição tinha como característica manifestações coletivas que se tornaram mais frequentes no final de 1970. E, à medida que o processo de abertura seguiu, uma sociedade significativamente mobilizada surgia no horizonte político.

Destaco esta característica da transição brasileira, pois ela vai incidir diretamente sobre a questão da memória. A transição de caráter negociado traz diferentes sujeitos ativos no processo para atingir a democracia. Os militares afirmam ter controlado a esquerda com a dura repressão e que o país estava em uma situação segura para a transição na qual eles seriam os agentes controladores. A oposição, no entanto, alargou os limites deste projeto de abertura dos militares e transformou em um processo de intensa participação social. Contudo a posição era diversa. Diferentes movimentos sociais, representantes de diferentes seguimentos da sociedade e diferentes grupos de esquerda, cada um com uma ideologia diferente que norteava suas ações. Formou-se um bloco pelas liberdades democráticas, mas este bloco era diverso.

Uma questão central a se pensar na análise das transições, de acordo com Barahona de Brito, é a relação de forças e poder que se estabelece entre os agentes favoráveis e contrários à implementação de medidas transicionais. Em termos gerais, para a autora, “quanto mais uma transição ocorre com a derrota da velha elite autoritária e dos agentes da repressão, maior é a margem de manobra para o desenvolvimento de políticas de verdade e justiça”. As transições por *ruptura* oferecem maior âmbito de ação, particularmente quando há derrotas em guerras, tanto por forças nacionais como estrangeiras. Em contraste, no caso das transições *negociadas* ou “pactuadas”, como o caso brasileiro, normalmente oferecem menor margem de ação, pelo fato das forças dos regimes autoritários ainda vigorarem, de modo que a elite democratizadora tenha de se esforçar habilmente para reverter a balança de poder em seu favor. Contudo, “é importante ter em mente que raramente transições seguem modelos teóricos, e que haverá um espectro muito variado de situações transicionais entre os dois extremos, que podem incluir elementos de ambos” (BARAHONA, 2009: 64).

De acordo com Paul Van Zyl, para implementar a justiça de transição é necessário um conjunto inclusivo de estratégias formuladas para enfrentar o passado assim como para olhar o futuro a fim de evitar o reaparecimento do conflito e das violações. Considerando que, com frequência, as estratégias da justiça transicional são arquitetadas em contextos nos quais a paz é frágil ou os perpetradores conservam um poder real, devem-se equilibrar cuidadosamente as exigências da justiça e a realidade do que pode ser efetuado a curto, médio e longo prazo (ZYL, 2009: 32).

No caso do Brasil, a justiça transicional que se seguiu em tempos democráticos levava marcas da transição política vivida no contexto ditatorial, que devido ao seu caráter de negociação, concedeu anistia a perpetradores e a opositoristas. No caso brasileiro, não houve o julgamento de militares. Já a reparação das vítimas, a busca pela revelação da verdade e a

repactuação da sociedade só teve início muito posteriormente e ainda se encontra em vias de consolidação. Em curto prazo, com o governo ainda controlado pela mesma elite dominante durante a ditadura, não houve avanços na justiça de transição; em médio prazo alguns avanços se seguiram e a longo prazo é que se verifica mais substancialmente os avanços na justiça de transição.

Este caráter lento da justiça de transição no Brasil fez com que o debate sobre os anos de ditadura vividos no país ficasse fora da pauta da sociedade e não fossem debatidos amplamente. No entanto, mesmo assim, a memória sobre a ditadura militar foi delineada ao longo destes anos que se passaram desde seu fim, influenciada por diversos elementos capazes de interferir na formação de uma memória coletiva, como o cinema, a literatura, a historiografia e os lugares de memória.

Ao analisarmos alguns filmes do cinema nacional que abordam a ditadura militar, perceberemos como a temática da violência e da tortura são retomados frequentemente e como eles contribuem para a formação de uma memória sobre esse passado. Um dos principais filmes que exemplifica essa afirmação é o filme “O que é isso, companheiro”. Baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira, o filme conta a história do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick por militantes de esquerda que pediam, como resgate, a libertação de companheiros presos. Esse filme é interessante na medida em que se insere no centro do debate político da época, enfatizando os grupos envolvidos, bem como o posicionamento bastante marcado de cada um deles. Nele percebemos o protagonismo da luta armada e, com a sua ampla divulgação, um certo enraizamento desta memória relacionada à ditadura.

Neste mesmo sentido destaque o filme *Batismo de Sangue*, que narra as memórias de Frei Beto, na ocasião jovem frei dominicano, sobre a tortura e a violência estatal. Também é um símbolo desta memória que tem a ditadura sintetizada na tortura e na dura repressão, em especial de 1968. Muitos outros filmes poderiam ser colocados como exemplos aqui, no entanto a tendência é a mesma, o que se percebe é uma total ausência no cinema brasileiro de filmes que privilegiem a juventude dos anos 1970 e 1980 e a luta pela transição democrática.

Em outra instância, verifica-se que também o Estado contribuiu para a formação desta memória coletiva sobre a ditadura que privilegia a luta armada, a tortura e a dura repressão, e que omite a ação da sociedade civil no processo político a partir de 1974. Dentre as iniciativas, destacamos a memorialização como instrumento das políticas reparatórias que têm se consolidado no Brasil

Os lugares de memória são documentos e traços vivos que se constituem no cruzamento histórico-cultural e simbólico-intencional que lhes dá origem, coisa que os leva a resistir à aceleração da história, à marcha da coletividade em direção ao futuro (...), dotando-se, ao mesmo tempo, de uma surpreendente capacidade de adaptação e de atualização relativamente ao momento que passa, porque neles pulsa e se exprime, justamente, o balanço entre a História e a Memória (ABREU, 2005: 216).

São espaços criados pelo indivíduo contemporâneo diante da crise dos paradigmas modernos, e que com esses espaços se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo: o lugar de memória “obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente” (NORA, 1993: 18).

Para Pierre Nora, autor do conceito de lugares de memória,

(...) os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. (NORA, 1993: 21).

Segundo o autor, o sentimento de rememoração e a busca por esse tipo de lugar é característico da vida contemporânea, num contexto marcado pela aceleração da História e pela ideia de que não há memória espontânea, sendo necessária, assim, a criação de arquivos e outras comemorações transformadas em rituais, para se preservar o passado numa sociedade onde o comando está na constante renovação. Nora destaca, ainda, que a defesa da memória parte de uma minoria privilegiada, que escolhe alguns locais para serem guardados, mas essa seleção só faz emergir todos os lugares de memória.

Para Pierre Nora, os lugares de memória são lugares que contém um tríplice significado: são *lugares materiais* onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são *lugares funcionais* porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são *lugares simbólicos* onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. Longe de ser um produto espontâneo e natural, os *lugares de memória* são uma construção histórica e o interesse em seu estudo vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função de ícone.

No que envolve o debate sobre memória coletiva, os estudos de Maurice Halbwachs (1990) contribuem com importantes pontuações para a discussão concernente à memória individual e, principalmente, coletiva. A memória, em seu estudo, não é somente um fenômeno interior individualizado, mas é, sobretudo, uma construção social e coletiva, pois

mesmo as recordações individuais só são possíveis nos enquadramentos oferecidos pelos grupos de referência, pela tradição a que esse indivíduo pertence, e pela linguagem que utiliza. Sendo assim, a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, (...) este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e (...) este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990: 51).

Na sociedade contemporânea, interessada nos debates internacionais sobre os direitos humanos, nunca se discutiu tanto sobre o respeito ao "outro", às minorias, aos direitos fundamentais e sobre o direito à justiça. As políticas de memória foram “contaminadas” por novas memórias, em função do questionamento de antigas situações de dominação e das novas configurações sociais e culturais. As novas políticas precisam responder ao desafio de estabelecer o que deve ser preservado e o que deve ser esquecido, a partir de onde e desde quem. O esquecimento como ato, como fazer social, ganha espaço para delimitar a visibilidade e a invisibilidade da memória.

No entanto, esta disputa entre memória e esquecimento não ocorre sem conflitos, e é evidente a variedade de elementos e interesses do presente, como no caso das memórias “subterrâneas” que se opõem à “memória oficial”, que se pretende nacional e coesa. Nesta disputa, diante da pluralidade dos discursos e dos atores sociais no cenário político do presente, os *empreendedores de memória* são —agentes sociais que (...) mobilizam suas energias em função de uma causa (JELIN, 2002: 48), atuam no sentido de empreender ações para promover suas demandas e memórias e fazem com que elas se tornem questões públicas. Estas ações se dão no debate público e em um cenário de conflito, no qual há uma luta entre “empreendedores da memória”, que pretendem o reconhecimento social e legitimidade política de uma (sua) versão ou narrativa do passado.

Neste artigo opto por pensar o Memorial da Resistência de São Paulo na busca de compreender a dinâmica do processo de transformação de um antigo centro de tortura – o prédio do DEOPS – em um lugar de memórias. Esse memorial se torna um material simbólico para o processo de ressignificação do passado na sociedade brasileira, sendo dedicado à preservação das memórias sobre a repressão. Entretanto, destacamos que, paralelamente a este desejo de elaboração das experiências do passado, articulam-se também vontades políticas de consolidar novos horizontes de expectativas.

Estes espaços de memória inserem-se em atividades cujo propósito social é estabelecer um vínculo entre as experiências do passado e da vida cotidiana atual, facilitando o conhecimento do que se sucedeu por meio da documentação histórica levantada por

pesquisas e de atividades culturais, reivindicando a dignidade das vítimas e buscando contribuir, ao fim, para a construção de uma sociedade consciente de seu passado.

O Memorial da Resistência de São Paulo é um lugar de testemunho e de história dedicado à preservação das memórias sobre a resistência e repressão políticas relativas à recente ditadura militar. O Memorial, uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo por meio de sua Secretaria da Cultura, é uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade) por meio da musealização de parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, uma das polícias políticas mais truculentas do país, principalmente durante o regime militar.

O programa museológico do Memorial da Resistência está estruturado em procedimentos de pesquisa, salvaguarda (documentação e conservação) e comunicação patrimoniais (exposição e ação educativo-cultural), orientados para os enfoques temáticos sobre resistência, controle e repressão política, por meio de seis linhas de ação que, atuando articuladamente, têm como objetivo fazer dessa instituição um espaço voltado à reflexão e que promova ações que contribuam para o exercício da cidadania, o aprimoramento da democracia e a valorização de uma cultura em direitos humanos.

A exposição de longa duração do Memorial possui quatro módulos: O edifício e suas memórias; Controle, repressão e resistência: tempo político e a memória; A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP; Da carceragem ao Centro de Referência.

A: O edifício e suas memórias

Neste espaço, duas informações estão articuladas: de um lado, há uma cronologia de ocupação do edifício desde a sua construção à atualidade e, de outro, um vídeo que apresenta a história e estrutura do Deops/SP em tópicos que evidenciam suas diversas ramificações com instâncias do poder para o controle e repressão dos cidadãos.

Módulo B: Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória

As noções, as estratégias e os fatos relativos ao controle, repressão e resistência configuram a abordagem desta sala e contextualizam este espaço prisional no âmbito do Brasil republicano, apresentados por meio de um equipamento multimídia e por uma cronologia, dentre outros recursos.

Módulo C: A construção da memória: o cotidiano nas celas do Deops/SP

O conjunto prisional é composto por quatro celas, um corredor principal e um corredor para banho de sol. Em cada um dos espaços, painéis e outros suportes audiovisuais apresentam desde o processo de implantação do Memorial da Resistência aos testemunhos sobre o cotidiano na prisão.

Módulo D: Da carceragem ao Centro de Referência

Este espaço oferece possibilidades de aprofundamento temático, por meio da consulta a banco de dados referenciais, além de uma amostragem de objetos e documentos provenientes do Fundo Deops/SP¹.

Frente à atuação de ex-presos políticos, familiares de mortos e de desaparecidos, algumas organizações de Direitos Humanos e instâncias governamentais junto ao Poder Público, a administração do prédio foi transferida da Secretaria de Justiça para a Secretaria de Estado da Cultura e a partir daí surgiram várias propostas com vistas a novos usos e significações para o edifício. Depois de reiteradas tentativas de utilização do edifício⁵⁰, a Pinacoteca do Estado, atendendo às solicitações da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, desenvolveu um projeto com perspectivas museológicas para o Memorial da Liberdade – que mudou de nome a contesto de ex-presos políticos que discordaram do uso do termo "liberdade" em associação às torturas e mortes ocorridas no interior do prédio, passando a chamar-se Memorial da Resistência de São Paulo, inaugurado em 24 de janeiro de 2009.

O projeto foi elaborado em 2007 pela museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro e a educadora da Pinacoteca do Estado, Gabriela Aidar, apresentando o conceito gerador da exposição de longa duração e, juntamente, o delineamento de seu programa museológico.

Segundo Marcelo Araújo o Memorial da Resistência de São Paulo nasceu da vontade política do Governo do Estado de São Paulo, por meio da sua Secretaria da Cultura, da reivindicação de cidadãos, especialmente do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, e do trabalho de profissionais de diferentes disciplinas e especialidades, como museologia, história, arquitetura, educação, comunicação visual e audiovisual, coordenados pela Pinacoteca do Estado de São Paulo (ARAÚJO *et. al*, 2010: 231).

De acordo com Marcelo Araújo,

As ações governamentais em torno deste espaço não apenas permitem que o Estado brasileiro cumpra algumas de suas obrigações perante a comunidade internacional mas também, principalmente, apresentam o Memorial da Resistência de São Paulo como uma via para o tratamento de temas ligados ao direito à memória e à verdade, assim como para o debate sobre proteção e valorização dos direitos humanos. Seu norte é o desenvolvimento de atividades de ordem institucional e programas educativos que promovam noções de democracia e cidadania. “O processo educativo em direitos humanos é entendido como interdisciplinar e orientado para a percepção crítica da realidade, visando à apropriação de valores como ética, tolerância e respeito à dignidade intrínseca ao ser humano”. (ARAÚJO *et. al*, 2010: 231).

¹ Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/> Acesso em: 01/04/2013

Nesta análise, assim como afirma Marcelo Araujo, percebemos que o projeto do Memorial foi construído “invertendo a lógica do período da repressão”. No memorial, o protagonismo foi atribuído às memórias dos ex-presos políticos e, a partir delas, a concepção de cada espaço valorizou a resistência como elemento de ligação entre o trágico passado aqui vivenciado e os novos tempos amparados por experiências democráticas”. Nas palavras de Marcelo Araujo (2010) “a partir deste princípio, o Memorial da Resistência faz da memória do passado de repressão não um exercício unicamente individual, mas uma experiência coletiva, no sentido de construir, a partir de uma vivência ou demanda histórica, uma identidade”.

Percebemos assim que o Memorial, como uma iniciativa governamental, para a efetivação de políticas de reparação simbólica voltada para a sociedade, contribui para a formação de uma memória sobre a ditadura militar que não tem espaço para as memórias da transição democrática. Nele o foco é na sensibilização do visitante ao vivido naquele espaço quanto à experiência de tortura.

Toda a exposição permanente do Memorial foi estruturada a partir de um projeto museológico que coloca em primeiro plano o prédio do DEOPS, em especial sua utilização durante o período da ditadura militar como centro de tortura. As vozes que tiveram espaço para contribuir com a construção do memorial são todas de militantes que foram presos e torturados no prédio, em especial entre o período de 1968 a 1972. No entanto, mesmo considerando clara a opção feita pelo Memorial na montagem de seu plano museológico, pensar um espaço público, único até o momento no país, que se propõe a ser um lugar de memória da resistência no Brasil, com o enfoque no período da Ditadura Militar, fica evidente a relação que se estabelece entre resistência e tortura.

Percebemos que há uma tendência em tentar contemplar a experiência da transição, mas ela é insipiente, sendo apresentada na linha do tempo da história do Brasil Republicano, que se encontra na exposição permanente, na sala B, algumas referências às lutas da transição democrática e no vídeo exibido no corredor que leva as celas, dando destaque, em especial, para a atuação dos movimentos sociais, as manifestações de rua no ano de 1977, à campanha pela anistia e às Diretas Já.

Além disso, entre o final de 2012 e início de 2013 aconteceu uma exposição temporária nos corredores do Memorial da Resistência intitulada “Transições: das Ditaduras às democracias na América Latina”. A exposição era composta de textos que falavam sobre ditadura e os principais elementos na ruptura de regimes democráticos na América Latina e apresentava algumas fotos. Textos e imagens foram *plotados* nas paredes do corredor de

entrada do Memorial. No caso brasileiro, foram destacados apenas dois momentos da transição: a campanha da anistia e as Diretas Já. Destaca-se a importância desta iniciativa, mesmo que de uma exposição de curta duração que aborde este tema em um espaço estatal de produção de memória, apesar de uma visão simplista do processo de transição brasileiro como o apresentado na exposição. No entanto, o foco do memorial é a resistência e a relação com a repressão e a tortura. O próprio estado em suas políticas de ações simbólicas contribui para a criação de uma memória que ofusca a participação de uma militância na luta pela transição e da valorização de uma sociedade mobilizada e agente social na derrota da ditadura.

A questão que se pretende levantar aqui não é ser justo ou injusto a atribuição de valor à luta de pessoas que sofreram no corpo a dureza da repressão militar e que passaram anos nas celas do DEOPS, prédio que hoje abriga o Memorial. Toda esta geração de militantes merece hoje ser reconhecida e conhecida pela sociedade brasileira em sua luta pelo fim de um regime de opressão. No entanto, a questão é pensar que imagem de Resistência se transmite e que memória sobre resistência se constrói em um espaço público como o Memorial da Resistência de São Paulo, no qual não estão igualmente contempladas as diferentes formas de resistência e como este espaço reforça a existência de uma memória ainda em disputa sobre a militância de oposição durante os tempos de ditadura militar no Brasil. Pensando este espaço de memória na busca de respostas à questão central deste artigo, que é “qual o lugar da transição democrática na memória sobre a ditadura militar brasileira”, percebemos que neste lugar de memória a transição ocupa segundo plano, sendo citada, mas ainda sem espaço definido.

Neste mesmo sentido abordei, mesmo que sucintamente, a questão da produção cinematográfica brasileira que foca na elaboração de filmes que priorizam a luta da geração de 1968, a tortura, as prisões e a luta armada, não sendo ainda verificada a presença da forma de resistência do final dos anos 1970 e 1980 como parte dos roteiros dos filmes nacionais. Esta produção cinematográfica também é um elemento que contribui para que a transição democrática permaneça ainda em terreno indefinido na memória social sobre a ditadura militar.

A produção bibliográfica também pode contribuir com a formação de uma memória social e pretendo aqui analisá-la, em especial relacionada à produção bibliográfica que fala sobre a atuação da juventude estudantil durante o período ditatorial, que tem pautado minhas pesquisas em andamento e da qual posso falar com maior propriedade.

Ao realizar uma análise da bibliografia produzida sobre o Movimento Estudantil, podemos perceber como a produção bibliográfica também contribuiu para a

formação de uma memória coletiva sobre os anos 1970 e 1980 e colocou em oposição a militância estudantil dos anos 1960 com as das décadas posteriores.

Citando Pellicciotta, Carlos Menegozzo destaca em seu livro como os estudos produzidos em 1988 (rememorando os 20 anos do 1968) sejam eles referenciados dos anos 1960 ou não, contribuem para consolidar os sentidos e formas de engajamento predominantes naquele período como uma espécie de paradigma. De acordo com o autor,

(...) um paradigma frente ao qual as mobilizações estudantis dos anos 1980 passam a ser interpretadas como deficitárias, enfraquecidas, fragmentadas, enfim, como manifestações problemáticas. Isso parece mais evidente em obras produzidas nesse período nas quais é mais evidente o esforço por se comparar as manifestações dos anos 1960 e 1980, tais como Reis Filho e Moraes (1988) e Medina (1989), por exemplo. O que se nota nestas obras, é a presença de depoimentos e reportagens nos quais os anos 1960 são valorizados como um tempo de luta e de “utopia”, enquanto os anos 1980 são caracterizados como uma época de desmobilização, de “falta de paciência” do jovem para a política 1988 (MENEGOZZO, 2013: 94).

Esta situação nos mostra a construção de um mito em torno da geração de 1968, demonstrando como a bibliografia produzida no período foi uma das responsáveis pela criação de uma memória que valoriza esta geração e a opõe àquelas que a sucedem na luta política, a geração da transição democrática. Esta questão também pode ser percebida no trabalho de Abramo, analisado por Menegozzo.

Segundo a autora, é sob “o enfraquecimento desses atores estudantis” ocorrido a partir da década de 1980 que as formas e sentidos de atuação característicos dos anos 1960 – e que na época eram apontados por parte da própria esquerda como sintomas de um radicalismo inconsequente – são alçados a “modelos ideais de atuação”. Modelos “frente aos quais todas as outras manifestações juvenis aparecem como desqualificadas para a política” (ABRAMO, 1997: 27 *op cit* MENEGOZZO, 2013: 94).

Segundo Abramo,

(...) a imagem dos jovens dos anos 19[60] plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social. (...) essa reelaboração positiva acabou [...] por fixar assim um modelo ideal de juventude: transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária (ABRAMO: 1997, 31).

Em oposição a esta imagem, de acordo com as análises de Abramo interpretadas por Carlos Menegozzo, considerando a produção bibliográfica sobre o tema no referido período percebemos:

(...) que a juventude dos anos [19]80 vai aparecer como patológica porque oposta à da geração dos anos [19]60: individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática. Em suma, “uma geração que recusa-se a assumir o papel de inovação cultural que agora, depois da reelaboração feita sobre os anos [19]60, passava a ser atributo da juventude como categoria social”. Nesses termos, “o problema relativo à juventude passa então a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social” (MENEGOZZO, 2013: 94).

Percebemos assim que a produção bibliográfica do final dos anos 1980 marca um campo que vai predominar sobre a memória que se forma sobre a militância estudantil num momento de consolidação da democracia. Mesmo as pesquisas produzidas como sínteses da atuação estudantil durante a Ditadura não são capazes de romper com essa memória que se forma também influenciada pela produção bibliográfica, pois o foco de análise, mesmo na reconstrução narrativa, recai sobre o 1968 em detrimento dos anos 1970 e 1980, estes que passam a segundo plano e na sequência se tornam subestimados pelas produções que classificam este tempo como uma desmobilização estudantil e analisam negativamente a influência dos partidos políticos que surgem pós 1979 no interior do movimento. Em detrimento a isto, a utopia narrada relativa à atuação do 1968 aparece de forma destacada nestas produções e cria um mito em torno da geração estudantil de 1968, como vítimas que se tornam heróis.

Em síntese, podemos caracterizar três momentos: nos anos 1970, cuja significação de 1968 é ambígua, com referências críticas ao vanguardismo e ao militarismo e outras como a de Poener muito positivas. Nos anos 1980, a significação é muito positiva, em contraste com a "apatia". Já a partir de meados dos anos 1990 começa um esforço de perceber nessa apatia novas formas e sentidos de engajamento, o que relativiza a possibilidade e mesmo pertinência de uma "retomada" de 1968.

Desta forma, percebemos como a valorização do ano de 1968 e o ofuscamento da geração de 1970 são presentes. Mesmo no auge da retomada estudantil em 1977 as produções divergiam, ora avaliando positivamente, ora avaliando negativamente a participação estudantil, na sequência uma tendência a produções que retomavam o 1968 como no olhar do mito do poder jovem e buscavam reavivar o ideal de mobilização, no entanto, em nenhum momento a geração de 1970 apareceu como centro das produções bibliográficas e sua presença ficou ofuscada da memória.

Percebemos o quanto elementos como a produção bibliográfica, os lugares de memória instituídos pelo Estado e a produção cinematográfica tem colocado no centro da ditadura militar a tortura e a repressão e não tem deixado espaço para um momento distinto, marcado por outras formas de repressão e outras formas de luta política pelos diferentes agentes de oposição: a transição democrática.

Além destes elementos destacados aqui, muitos outros constituidores de memórias poderiam ser acrescentados. No entanto, o objetivo deste artigo não foi o de dar respostas ou encerrar discussões, pelo contrário, pretende dar alguns indicativos para uma

discussão ainda principiante e que necessita ser aprofundada: afinal, qual é o lugar da transição democrática na memória sobre a ditadura militar no Brasil?

Referências Bibliográficas

ABRAMO, P. *Um trabalhador da notícia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

ABREU, José Guilherme. Arte pública e lugares de memória. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Patrimônio*. Porto, I Série, vol. IV, p. 215-234, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf>>.

ARAÚJO, Marcelo Mattos; *et. al.* O Memorial da Resistência de São Paulo e os desafios comunicacionais. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*. Brasília, n. 3, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula N.. *A utopia fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BRITO, Alexandra Barahona (org). Verdad, Justicia, memoria y democratización en el cono sur. In.: *Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón u olvido en las nuevas democracias*. Madrid: Ediciones Istmo, 2002.

BRITO, Alexandra Barahona. Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. In.: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Nº 1 (jan. / jun. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 56 – 83.

CASSIN, Barbara. Amnistie et pardon: pour une ligne de partage entre éthique ET politique. CASSIN, Barbara (et al). *Vérité, Réconciliation et Répartition*. Seuil, 2004.

_____. Dire La vérité, faire la réconciliation, manquer la reparation. In.: CASSIN, Barbara (et al). *Vérité, Réconciliation et Répartition*. Seuil, 2004.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de Sangue*. São Paulo: USP, 2011. Dissertação de mestrado.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória – Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.

JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la represión. Buenos Aires: Siglo veintiuno de Argentina editores, 2002.

LACERDA, Gislene Edwiges de. *Memórias de Esquerda: O Movimento Estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2011.

MENEGOZZO, Carlos Henrique M. *Entre mitos e circunstâncias: bibliografia sobre estudantes e política no Brasil (1821-2003)*. São Paulo, Ed. Mimeo, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis nos anos 70*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e ciências humanas da UNICAMP. Campinas, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Trad. Alain François [et.al.]. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In.: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Nº 1 (jan. / jun. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 32 – 55.